

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



Relatório de desempenho

DPCE

2022



DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Elizabeth das Chagas Sousa

SUBDEFENSORA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Sâmia Farias Costa Maia

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Flávia Maria Andrade de Lima

**DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA
PÚBLICA E SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ESTÁGIO**

Ana Mônica Anselmo de Amorim

ASSESSOR JURÍDICO

Petrus Henrique Gonçalves Freire

ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Victor Matos Montenegro

ASSESSORA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Lia Cordeiro Felismino

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Leandro Sousa Bessa

COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL

Manfredo Rommel Cândido Maciel

COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Sheila Florêncio Falconeri

SUBCOORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Renata Peixoto do Amaral Botelho Silva

COORDENADORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Nídia de Matos Nunes

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Elienai Amaro de Sousa

**SUPERVISOR DA COORDENADORIA DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Bruno Fiori Palhano Melo

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Bianca Felippsen



Sumário

Palavra da Defensora Geral // 6

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 7

- 1.1. Descrição geral // 7
- 1.2. Missão // 8
- 1.3. Visão // 8
- 1.4. Valores // 8
- 1.5. Competência // 9
- 1.6. Estrutura organizacional // 11

2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 14

- 2.1. Metodologia // 14
- 2.2. Plano de Atuação // 16
- 2.3. Identidade Organizacional // 17
- 2.4. Estratégias // 18
- 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 19
- 2.6. Orçamento Participativo // 26

3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal // 36

- 3.1. Fontes // 36
- 3.2. Recursos patrimoniais // 37
- 3.3. Infraestrutura // 37
- 3.4. Quadro de pessoal // 51

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 53

4.1. Execução dos programas de governo // 53

4.2. Execução dos projetos e atividades // 55

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 61

5.1. Indicadores de Gestão // 61

5.2. Indicadores de Desempenho // 69

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso // 79

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres // 83

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades // 84

9. Conclusão // 84

10. Referências Bibliográficas // 87



Palavra da Defensora Geral

Um ano intenso e cheio de projetos. Assim passamos 2022 na Defensoria em uma costura colorida por parcerias e ações que nos fizeram chegar ainda mais perto da população. O ano que marcou o início da reabertura das condições epidemiológicas da Covid-19 foi selado por trabalho e empenho para reconfigurar os atendimentos defensoriais, a abertura de novas sedes e a intensificação de agendas que definiram as políticas institucionais.

Terminando o primeiro ano do segundo mandato à frente da instituição, temos a oportunidade de fazer um pequeno retrospecto de nossas conquistas, fincando a bandeira em favor da população mais vulnerável do Estado. O ano de 2022 foi de retorno às audiências presenciais do nosso Orçamento Participativo, já como política definida por lei. Através dele, vemos crescer projetos que nos alegram como a nova estrutura do Defensoria em Movimento, inaugurada para atendimentos simultâneos de 10 defensores e defensoras, bem como o I Mutirão Transforma, que se efetiva como política de transformação social ao abraçar a causa da população T(trans e travestis).

Tivemos um significativo aumento anual de atuação, ultrapassando 1,3 milhões, o que mostra a força e importância do nosso serviço e consolida o trabalho dos 341 defensores e defensoras. O número representa o aumento da nossa capilaridade com a implementação das atividades cumulativas chegando a 85 cidades cearenses.

Somamos conquistas e ampliações em muitas áreas, mas não deixo de lembrar que foi graças a uma gestão que manteve um olhar cuidadoso ao nosso administrativo-financeiro, a otimização no uso eficiente dos recursos públicos e aos investimentos na área de tecnologia que permitimos crescer e ampliar a Defensoria.

Nossa aposta sempre foi imprimir uma gestão eficiente e transparente, tanto que ganhamos o prêmio nacional sobre este viés, sem esquecer, claro, a construção coletiva com a sociedade, que nos abraça e fortalece.

Temos o desafio de continuar pautando a instituição para que ela continue trilhando o caminho das lutas sociais por direitos, chegando a um maior número de municípios do Ceará, nomeando novos defensores e defensoras, os primeiros das cotas étnico-raciais, estruturando ainda mais sedes de atendimento, sempre com o intuito de que a população seja ainda mais acolhida e bem recebida na Defensoria.

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

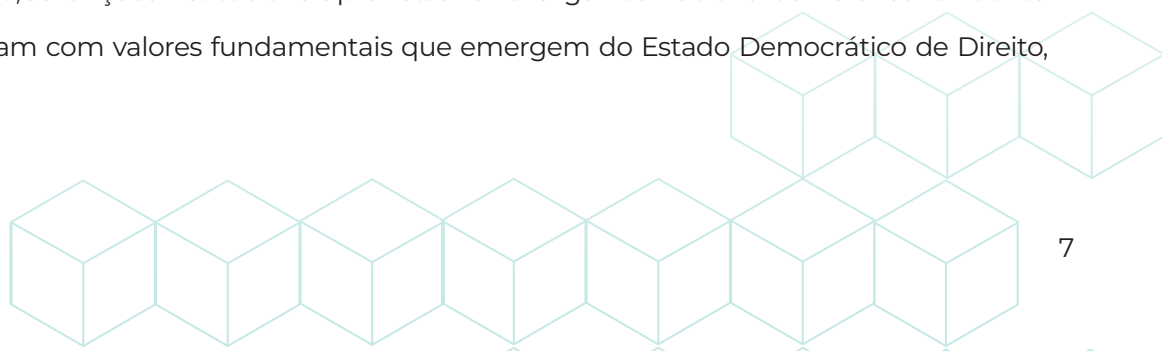
A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado à qual incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados e agrupamentos sociais em condição de vulnerabilidade. Foi criada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada, em sede infraconstitucional, pela Lei Complementar Federal nº 80/94, que define o perfil da instituição e estabelece normas gerais a serem complementadas pela legislação estadual. No âmbito do Estado do Ceará, a Defensoria foi criada e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 06/97.


Segundo o artigo 134 da Constituição Federal:

"A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal".

Nascida para prestar assistência jurídica gratuita aos mais vulneráveis, a Defensoria possui atualmente um grande leque de atribuições, sendo cada vez mais relevante o seu papel social. A criação e o fortalecimento de uma Instituição de Estado com missão de promover o acesso à justiça, assumindo que para assegurar aos cidadãos direitos e garantias fundamentais proclamados constitucionalmente, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena, à dignidade da pessoa humana e à primazia dos direitos humanos, é necessária uma gama de atuações.

Deste modo, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito,





como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou subrepresentados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social.

1.2. Missão

Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.

1.3. Visão

Consolidar-se como Instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.

1.4. Valores

Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente no que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas.

Eficiência e eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir os objetivos institucionais, de forma plena e efetiva.

Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação e transparência.

Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados.

Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as suas ações e relações institucionais.

Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas.

Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis.

Modernização: adoção de modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.

1.5. Competência

Com efeito, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam claramente com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou subrepresentados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social, senão vejamos.

“Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I – prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;


III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV – prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;

VI – representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;





VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

VIII – exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

IX – impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;

X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

XII - (VETADO);

XIII - (VETADO);

XIV – acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

XV – patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

XVI – exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;

XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de

adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

XVIII – atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

XIX – atuar nos Juizados Especiais;

XX – participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos;

XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

XXII – convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.”

1.6. Estrutura organizacional

A sua Estrutura Organizacional:

I - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

- a) Defensoria Pública-Geral do Estado
- b) Subdefensoria Pública-Geral do Estado
- c) Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado
- d) Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado





II - GERÊNCIA SUPERIOR

- a) Secretaria-Executiva

III - ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO

- a) Defensorias Públicas do Estado
- b) Núcleos da Defensoria Pública do Estado
 - 1. Núcleo da Central de Relacionamento com o Cidadão
 - 2. Núcleos da Defensoria Pública na Capital
 - 3. Núcleos da Defensoria Pública no Interior

IV - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

- a) Defensores Públicos do Estado

V - ÓRGÃOS AUXILIARES

- a) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado
- b) Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará
 - 1. Centro de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Funcional
- c) Controladoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. (Nova redação dada pela Lei Complementar n.º 171, de 29.12.16)

VI - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

- a) Coordenadoria das Defensorias Públicas da Capital
- b) Coordenadoria das Defensorias Públicas do Interior

VII - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

- a) Assessoria Jurídica
- b) Assessoria de Desenvolvimento Institucional
- c) Assessoria de Planejamento e Controle
- d) Assessoria de Relacionamento Institucional

VIII - ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

a) Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

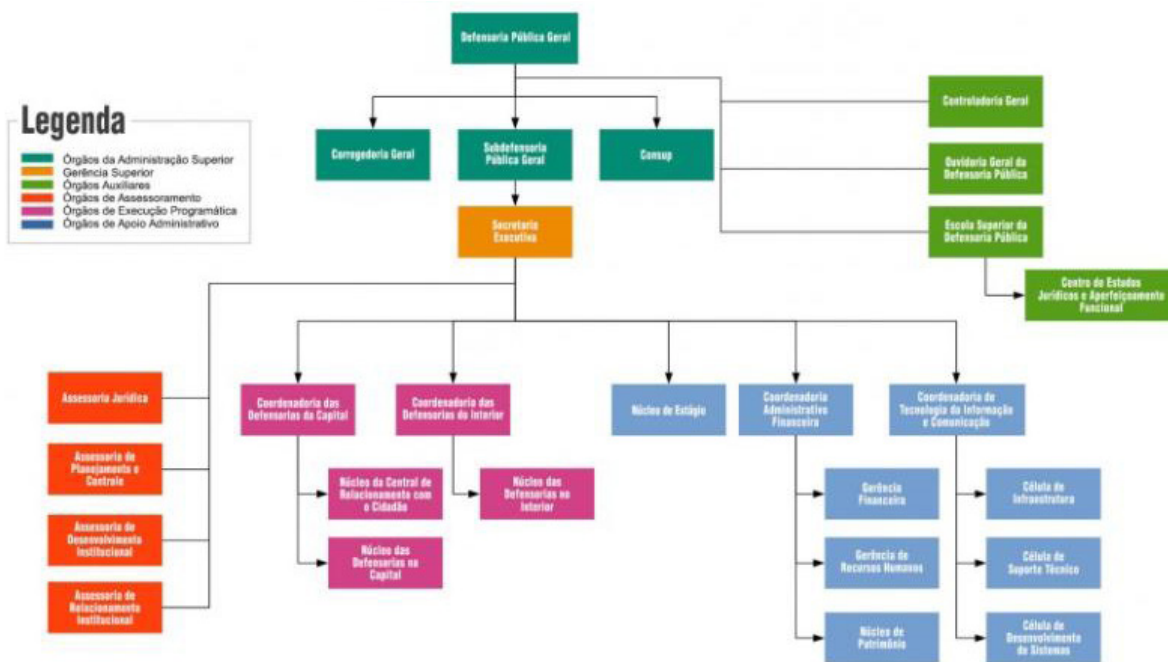
1. Célula de Infraestrutura
2. Célula de Suporte Técnico
3. Célula de Desenvolvimento de Sistemas

b) Coordenadoria Administrativo-Financeira

1. Gerência Financeira
2. Gerência de Recursos Humanos
3. Núcleo de Patrimônio


c) Núcleo de Estágio

Organograma



Fonte: http://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2020/05/organograma_2017.jpg





2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- **Usuário e Sociedade** (perspectiva dos clientes): está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

- **Estruturante** (perspectiva dos processos internos): relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

- **Desenvolvimento Institucional** (perspectiva do aprendizado e crescimento): consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

- **Orçamentária (perspectiva financeira)**: prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.

O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.



2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (está definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado.

2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- **Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- **Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- **Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:





MISSÃO (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
VISÃO (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
VALORES (art. 4º, RI DPGE)	<p>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p>Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p>Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p>Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p>Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p>Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p>Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p>Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Planejamento Estratégico 2022-2023

2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2022-2023 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamentos anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.



Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada.

Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

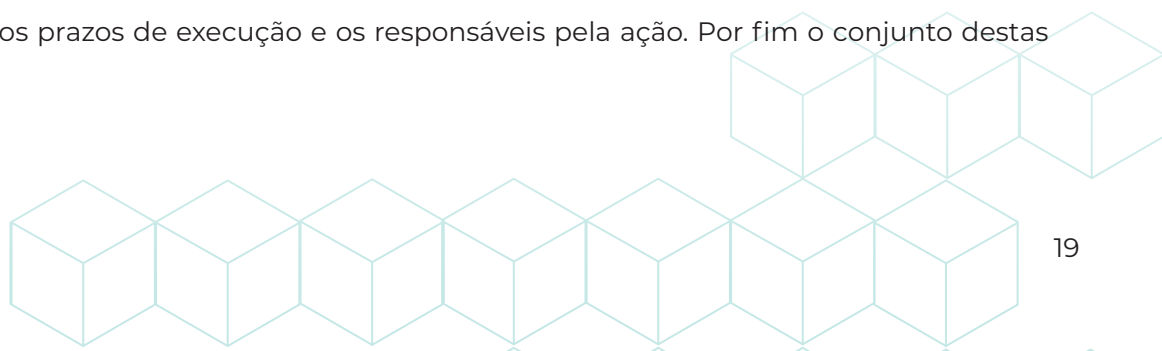
Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2022-2023:



2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 61 (sessenta e um) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas



informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2022-2023

N.	Projeto	Resp.	Ind	Meta	Estratégia	% Exec.
1	Concluir o processo da isonomia plena	DPGE	IEC	Concluir o processo da isonomia plena	OR2 DI1	0%
2	Continuar ampliando o orçamento da DP	DPGE	ICO	Aumentar os recursos disponíveis na LOA 2023	OR2 OR3	100%
3	Continuar aumentando a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implementar ações com o objetivo de aumentar a arrecadação	OR3	67%
4	Ampliação do quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Realizar contratação de colaboradores, estagiários de nível superior e pós graduados	DI1 US1	100%
5	Manter o exercício da autonomia processual	ASJUR	IEC	Realizar o exercício da autonomia processual	ES1	38%
6	Avançar no processo de desoneração do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	DPGE	IEC	Desonerar as despesas do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	OR3	100%
7	Aumentar a quantidade de cargos defensoriais	DPGE	ICO	Enviar Projeto de Lei para Assembleia Legislativa para aumentar a quantidade de cargos defensoriais	DI1	100%

8	Realizar concurso público e nomear mais defensores	DPGE	IEC	Concluir concurso público	ES2 D11 US1	33%
9	Ampliar os Núcleos Defensoriais no interior do Estado	CDI	IEC	Implantar Núcleos Defensoriais no interior do Estado	ES2 D11	100%
10	Fortalecer a mediação comunitária com ampliação da quantidade de mediadores(as)	ARINS	IPE	Ampliar a quantidade de mediadores	US2 US1	100%
11	Alterar a Lei do Plantão para a atuação defensorial nos feriados	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	D11	100%
12	Continuar fortalecendo a comunicação interna	ASCOM	IEC	Fortalecer a comunicação interna	DI3	0%
13	Atuação de defensores para auxiliar na área criminal	CDC/ CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	D11	100%
14	Atuação de defensores para auxiliar na área de família	CDC/ CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área da família	D11	100%
15	Conclusão do projeto de virtualização dos processos administrativos	COTIN	IEC	Implantar Sistema de Virtualização de Processos Administrativos	US3 ES1	33%
16	Disponibilizar o Auxílio Saúde para Defensores e Servidores	DPGE	ICO	Implantar o Auxílio Saúde	DI2	100%
17	Disponibilizar a Atividade Cumulativa	DPGE	ICO	Implantar a Atividade Cumulativa	D11 US2	100%
18	Incluir a substituição automática na legislação da atividade cumulativa	DPGE	IEC	Envio de Projeto de Lei	D11 OR2	0%
19	Implementar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	DPGE	ICO	Implantar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	OR1	100%
20	Implementar o estágio de pós-graduação (residentes jurídicos)	NUEST	ICO	Contratar estagiários de pós-graduação (residentes jurídicos)	D11 ES2 US1	100%
21	Aumentar o número de estagiários de graduação	NUEST	IEC	Contratar estagiários de Graduação	OR1 US1	33%
22	Realizar posses populares de Defensoras e Defensores junto às comunidades	ARINS	IEC	Manter a posse popular de Defensoras e Defensores, Membros do Conselho e Defensor Geral junto às comunidades	US2	50%



23	Articular a criação de uma revista das Defensorias Públicas do Nordeste	ESDP	IEC	Formar grupo de trabalho entre as Defensorias Públicas da Região Nordeste	DI2	0%
24	Interiorizar a ESDP	ESDP	IEC	Interiorizar a ESDP	DI2 ES2	0%
25	Disponibilizar Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	ESDP	IEC	Implantar a Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI2	100%
26	Desenvolver o projeto Defensores Populares	ESDP	IEC	Implantar o projeto Defensores Populares	US2	67%
27	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	ESDP	IEC	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	ORI US3	100%
28	Criar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará contendo diversos links para acessos à EAD, artigos, informações, cursos, dentre outros	ESDP	IEC	Implantar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI2 DI3	100%
29	Expandir o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	ESDP	IEC	Realizar o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	DI2	100%
30	Ampliar o número de sedes da Defensoria e promover reformas e melhorias nas já existentes	ASPLAC	IEC	Realizar ampliação da quantidade de sedes e promover melhorias nas já existentes	ES2	91%
31	Concluir a obra da Nova sede do João XXIII	ASPLAC	IEC	Finalizar a obra da Nova sede do João XXIII	ES2	92%
32	Continuar atuação na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	SEXEC	IEC	Realizar atuações na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	ES1	0%
33	Implementar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado do Ceará	CDI	IEC	Implantar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado	ES2 DI1	100%
34	Aprimorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	CDC/ CDI	IEC	Melhorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	DI3	50%

35	Continuar, aperfeiçoar e ampliar as reuniões setorizadas para planejamento de ações	CDC/ CDI	IEC	Realizar reuniões setorizadas para planejamento de ações	DI3 US3	33%
36	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	CDC/ CDI	IEC	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	US1 OR1	100%
37	Criar Grupo de Descongestionamento para demandas gerais	CDC/ CDI	IEC	Implantar Grupo de Descongestionamento para demandas gerais	US1 OR1	100%
38	Criar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	CDC/ CDI	IEC	Implantar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	US1 OR1	100%
39	Aprimorar o Projeto Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Fortalecer o Projeto Defensoria em Movimento, com vistas ao atendimento descentralizado de comunidades vulneráveis	US1 US2	100%
40	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	OR1	100%
41	Ampliar uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	COTIN	IEC	Implantar o uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	ES3	25%
42	Aperfeiçoar a gestão e Governança de TI	COTIN	IEC	Implantar nova gestão e Governança de TI	ES3	25%
43	Central Integrada de Atendimento da Defensoria	COTIN	IEC	Implantação do Sistema Mchat	DI1	67%
44	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	COTIN	IEC	Contratar consultoria externa e adotar as melhorias sugeridas	ES3	25%
45	Aperfeiçoar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	COTIN	IEC	Melhorar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	ES3 OR3	50%
46	Aprimorar o aplicativo Nossa Defensoria	COTIN	IEC	Integração do SIC, do SIPA, do Sistema de Atividades Cumulativas, Sistema Gerador de Documentos, Sistema Gerador de Petições e do Sistema Calculadora de Penas	US1 ES3	50%
47	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	COTIN	IEC	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	ES3 OR3	50%



48	Aperfeiçoar o Sistema das IES	DPGE	IEC	Melhorar o Sistema das IES	US1 ES3	17%
49	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	COTIN	IEC	Implantar novo sistema de Folha de Pagamento	ES3	0%
50	Disponibilizar e-mail responsivo com agenda	COTIN	IEC	Implantar e-mail responsivo com agenda	ES3	33%
51	Implantação de sistema para divulgação e comunicações oficiais da administração	SEXEC	IEC	Implantação do Diário Público da Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI3	100%
52	Reformular a Intranet da Defensoria Pública	COTIN	IEC	Implantar nova Intranet da Defensoria Pública	ES3	75%
53	Disponibilizar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	ORI ES3	33%
54	Fortalecer o processo de democratização da justiça e continuar a participação no Fórum de Justiça	ARINS	IEC	Fortalecer a atuação da Defensoria no Fórum de Justiça	US2	100%
55	Fortalecer a atuação institucional da Defensoria Pública com a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	SEXEC	IEC	Realizar a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	ORI	100%
56	Aprimorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	NUEST	IEC	Melhorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	US1	17%
57	Promover o crescimento institucional da Defensoria Pública nas Américas por meio de fortalecimento do intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	ARINS	IEC	Realizar intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	DI2 ORI	50%
58	Trazar mais qualidade ao dia a dia da Defensora e do Defensor Público por meio da ampliação dos convênios com as Prefeituras do interior do Estado	CDI	IEC	Ampliar a celebração de convênios com as Prefeituras do interior do Estado do Ceará	US1	100%

59	Atualização da legislação da Corregedoria	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	US3	0%
60	Realizar novas promoções	DPGE	IEC	Realizar promoções na carreira	US1 OR2	67%
61	Envio Projeto de Lei referente a Ajuda de Custo por Assunção de Acervo Processual	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	US1 OR2	0%
Percentual médio de execução						63,5%

Fonte: Planejamento Estratégico 2022-2023 e DASHBOARD de Dezembro de 2022

SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

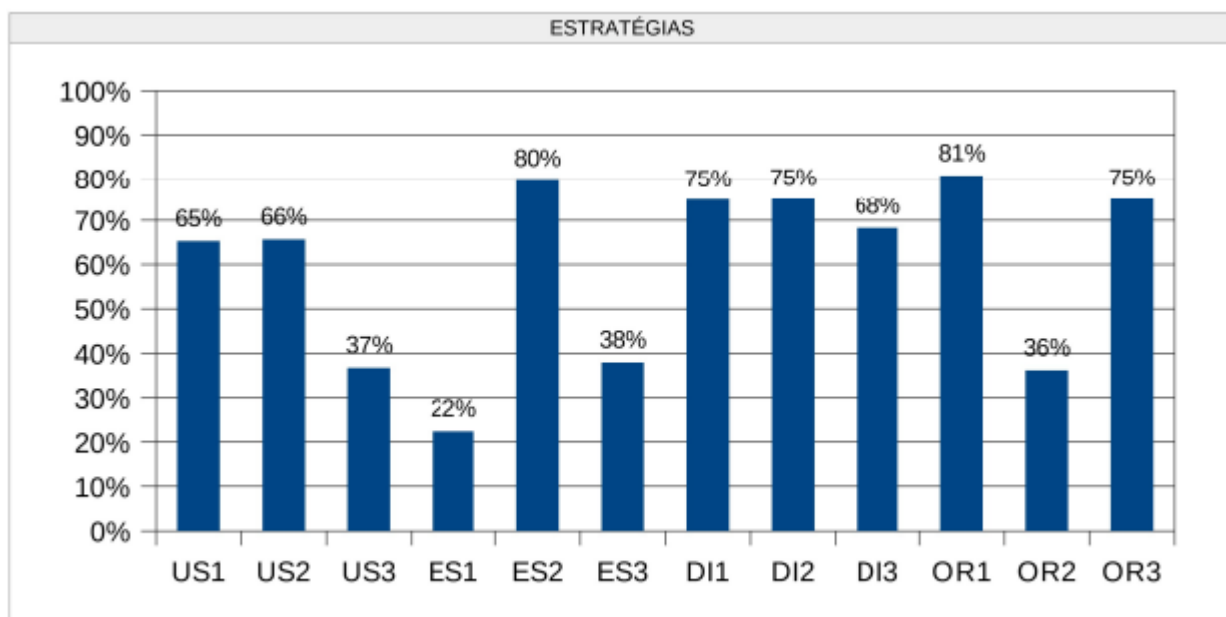
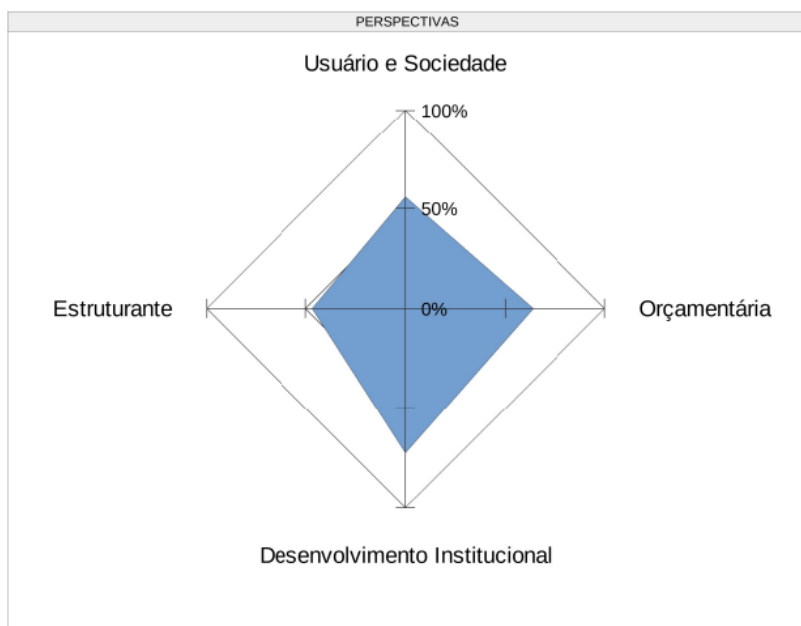
NUEST - Núcleo de Estágio

ICO - Índice de Conclusão Objetiva

IEC - Índice de Etapa Concluída

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do *BalancedScoreCard* (BSC):





2.6. Orçamento Participativo

O 7º ciclo do Orçamento Participativo da Defensoria de 2022 foi, mais uma vez, desafiador pois foram realizadas 06 audiências públicas presenciais, com a cautela que o momento histórico e sanitário requer, para de maneira efetiva e democrática possibilitar o máximo de participação

da sociedade civil e dos movimentos sociais, assim como dos Defensores(as) que atuam nas macrorregiões do Estado do Ceará.

Em 2021, o OP foi realizado de maneira remota, tendo em vista a insegurança dos encontros presenciais e do início do plano de vacinação. Naquele momento foram desenvolvidas novas ferramentas a serem utilizadas, além do formulário que foi disponibilizado, contando com a ajuda preciosa da assistente virtual da Defensoria do Estado, D. Dedé.

Em 2022, a metodologia padrão foi retomada e a Consulta Pública foi realizada com o total de 710 manifestações, no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

O momento das audiências públicas não é o único do ciclo participativo, mas sua relevância e resultados ali produzidos impactam nas prioridades a serem levadas em conta quando da construção do orçamento da instituição e das atividades a serem executadas.

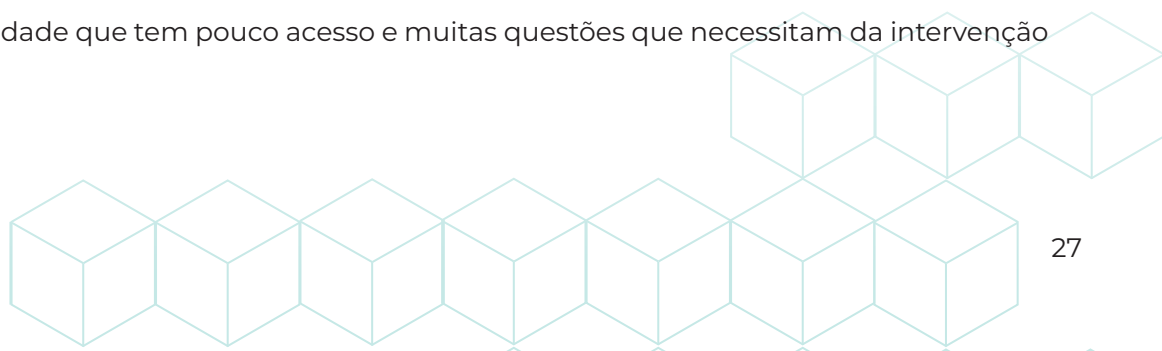
Este ano, com o clamor dos movimentos da população LGBTQIA+, tão logo foi finalizado o ciclo do OP, foi pensado o 1º Mutirão para Retificação de Nome e Identidade de Gênero para pessoas trans, um sucesso absoluto, com mais de 150 certidões emitidas para pessoas registradas na Região de Fortaleza, Cariri e Sobral.

Este ano o ciclo iniciou com a audiência pública da Região do Vale do Jaguaribe, em Limoeiro do Norte e contou com a participação de 74 pessoas, sobretudo agricultores e agricultoras familiares que denunciaram a especulação das áreas ocupadas em avanço do agronegócio, um momento de esperança na luta.

Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Sertão de Sobral, com 104 participantes, notadamente pessoas dos povos de terreiro, deficientes e população LGBTQIA+, que, pela primeira vez foi indicada a necessidade de ser realizado o mutirão para retificação de nome para pessoas trans.

A terceira audiência aconteceu no auditório da URCA – Universidade Regional do Cariri, com 85 pessoas, apresentações culturais e o pedido de maior atenção para o enfrentamento à violência contra a mulher e o atendimento das demandas da população LGBTQIA+.

A quarta audiência aconteceu no Escola do Campo, em Canindé e levou a Defensoria para uma comunidade que tem pouco acesso e muitas questões que necessitam da intervenção





institucional e jurídica da Defensoria Pública do Estado do Ceará, contou com a presença de 40 pessoas.

A quinta audiência aconteceu na Região do Sertão de Inhamuns Crateús, no auditório da Cáritas Diocesana de Crateús e a maior questão levantada foi a violação dos direitos socioambientais, sobretudo com relação à exploração de minérios e a poluição para as comunidades, estiveram nesse momento 33 pessoas.

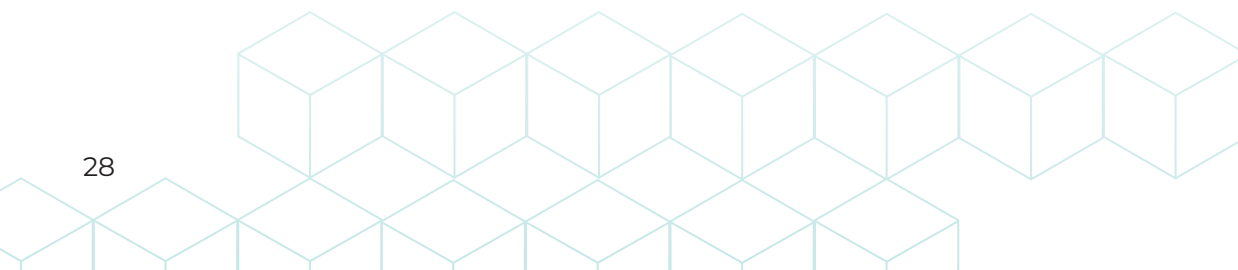
A sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza, no Centro Cultural do Bom Jardim, com uma participação representativa de vários movimentos sociais e dentre as maiores reivindicações estavam a garantia do direito à saúde, à mobilidade urbana, o enfrentamento à violência contra mulheres e população LGBTQIA+ e a questão da segurança alimentar e nutricional.

Escolha das prioridades a partir das propostas do Formulário

O Formulário construído a partir das demandas apresentadas na Consulta Pública, com a contribuição de 710 pessoas que responderam virtualmente, continha 18 propostas que versaram, principalmente, sobre reestruturação, ampliação, agilidade e humanização do atendimento defensorial, além de demandas específicas de instalações de núcleos no interior do estado, interiorização da atuação especializada e fortalecimento da comunicação institucional.

Cada participante escolhia até 05 propostas prioritárias. Na compilação final, apresentamos abaixo as propostas mais votadas:

- 1) PROPOSTA NÚMERO 3: Aumentar o número de Defensores Públicos com a finalidade de atender todo estado.
- 2) PROPOSTA NÚMERO 9: Descentralização/Regionalização do NUDEM - Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Mulher, sobretudo nas regiões que demonstrem indicadores de risco para a vida das mulheres.
- 3) PROPOSTA NÚMERO 2: Ampliação/Reestabelecer o projeto Defensoria em Movimento, contemplando-se o interior, sobretudo os que não tem defensor e que seja elaborado um



calendário periódico.

4) PROPOSTA NÚMERO 8: Criação de Núcleos temáticos, como Enfrentamento ao Racismo e núcleo de atendimento a população LBTCQIA+.

5) PROPOSTA NÚMERO 5: Lotar Defensores em todos os Juizados Especiais para atender a população vulnerável.

6) PROPOSTA NÚMERO 1: Criar política de cotas para o Segmento T (travestis, transgêneros e pessoas trans) nas seleções públicas e concursos públicos da Instituição.

7) PROPOSTA NÚMERO 10: Criação de GT para acompanhamento dos conflitos ambientais no Ceará.

8) PROPOSTA NÚMERO 6: Realizar concurso para colaboradores efetivos, criação do plano de cargos e carreiras e ampliar o número de pessoas para agilizar o atendimento.

9) PROPOSTA NÚMERO 4: Ampliar/aumentar o número de dias de atendimento dos Defensores nas unidades prisionais (solicitação para que os Defensores cobrem mais atendimento de saúde nas unidades).

10) PROPOSTA NÚMERO 11: Realização de cursos de Direitos Humanos e litigância estratégica para defensores, colaboradores e comunidade e realizações de campanhas temáticas de garantias de direitos, periódicas, para além das vinculadas a datas comemorativas.

11) PROPOSTA NÚMERO 13: Descentralizar a Defensoria, implementando núcleos nos bairros com menor índice de desenvolvimento humano.

12) PROPOSTA NÚMERO 7: Criar programa de capacitação para a equipe de atendimento, visando a melhor qualidade do serviço.

13) PROPOSTA NÚMERO 15: Implementar o curso de Formação para Defensores Populares.

14) PROPOSTA NÚMERO 17: Ampliação do NDHAC e direitos da criança e adolescente para Sobral e Cariri.

15) PROPOSTA NÚMERO 12: Fortalecimento e ampliação (interiorização) da Rede Acolhe.

16) PROPOSTA NÚMERO 14: Interiorizar o núcleo de execuções penais.





17) PROPOSTA NÚMERO 18: Criar mecanismo de pesquisa satisfatória de atendimento.

18) PROPOSTA NÚMERO 16: Criação e implementação de núcleos multimídia em cada sede criminal da Defensoria para comunicação dos presos com seus familiares por videoconferência, ressaltando que o atendimento presencial deverá ser priorizado.

Da realização das audiências públicas

A oitiva da sociedade civil, de modo direto e presencial, foi o ponto alto do ciclo orçamentário participativo de 2022. Ora, saímos da pandemia mais vulneráveis ainda e as falas engrandeceram e comprometeram a atividade defensorial, compilando as demandas trazidas pela população de cada região do Estado do Ceará, demonstrando a grave situação de violação dos direitos e inacessibilidade à justiça. A conclusão é a urgência da intervenção da Defensoria Pública do Estado.


Trazemos a seguir uma compilação das propostas apresentadas em audiências, mesmo aquelas que não demandam orçamento para sua realização.

Propostas/Demandas:

- 1) Acompanhar a questão da reintegração de posse do acampamento José Maria do Tomé;
- 2) Ver articulação entre o Poder Público Estadual (SEMACE) e a Defensoria Pública do Estado do Ceará, sobre a questão da construção de rodovias na região de Limoeiro;
- 3) Implantar núcleo de Defesa da Mulher na Região do Vale do Jaguaribe e Limoeiro;
- 4) Reforçar a necessidade de implantação do GT de Conflitos Ambientais
- 5) Realizar mutirão para retificação do registro civil de pessoas trans;
- 6) Viabilizar uma defensora pública do gênero feminino para o Núcleo de Sobral;
- 7) Garantir cotas para pessoas trans, negras e com deficiência;
- 8) Garantir a presença das Defensorias junto aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras

- rurais nos municípios do interior para educação em direitos junto às comunidades rurais;
- 9) Garantir atendimento prioritário para a população de rua;
- 10) Lotar Defensora Mulher para atendimento do NUDEM na Casa da Mulher Cearense Cariri;
- 11) Descentralizar a ouvidoria externa;
- 12) Implantar o Núcleo de Conflitos Fundiários;
- 13) Disponibilizar colaboradoras para atender mulheres, sobretudo nos Núcleos de enfrentamento à violência contra Mulheres;
- 14) Criar núcleo para atendimento de mulheres e população LGBTQIA+ em situação de prisão;
- 15) Articular com a gestão da SSPDS para que a Delegacia da Mulher da Casa da Mulher Cearense do Cariri funcione 24 horas;
- 16) Articular junto aos poderes municipais a sanção dos projetos de lei que tratam das cotas para empregabilidade da população Trans;
- 17) Defensor Titular no município de Várzea Alegre;
- 18) Defensor Titular no município de Barro;
- 19) Acompanhar e apoiar a luta dos trabalhadores do serviço público (INSS e Correios)
- 20) Ver possibilidade de articulação entre Defensoria e Poder Público Municipal para melhoria das estradas de acesso às comunidades;
- 21) Se fazer presente em mais localidades, distantes da sede dos municípios, para realizar atendimento;
- 22) Ver possibilidade de articulação entre Defensoria e Poder Público Municipal e Estadual para garantia do acesso à água;
- 23) Atuar nas ações que versem regularização fundiária que tenham competência estadual;
- 24) Defensor(a) que atenda a região do Sertão de Crateús;
- 25) Acompanhar as demandas que tratem dos Conflitos Socioambientais (mineração e recursos hídricos)



- 
- 26) Acompanhar as demandas dos servidores municipais (professores das redes municipais);
 - 27) Atender a comunidade pesqueira da Região na busca por direitos;
 - 28) Defensoria centrar atividades para garantir o registro civil;
 - 29) Ampliar o atendimento da Defensoria em demais bairros com baixo IDH da cidade de Fortaleza;
 - 30) Realizar atendimentos com foco a garantir o direito à saúde pública
 - 31) Instalar núcleo específico para tratar das violações sofridas por ocasião de intolerância religiosa;
 - 32) Acompanhar os requerimentos de saúde das pessoas portadoras de epilepsia;
 - 33) Garantir as expressões artísticas dos jovens nos territórios sem que estes sofram abusos das autoridades policiais;
 - 34) Instalação de um GT que trate das demandas da saúde;
 - 35) Acompanhar demandas da população em situação de rua;
 - 36) Realização de mutirão para as demandas da população do município de Caucaia, notadamente dos povos indígenas que lá residem;
 - 37) Necessidade que a Defensoria se engaje nas lutas por garantia de segurança alimentar e nutricional;
 - 38) Acompanhar a demandas com relação ao direito à educação pública, sobretudo com relação à disponibilidade de vagas;
 - 39) Fortalecer as estratégias da Defensoria para enfrentamento à violência contra as mulheres;
 - 40) Intervir para garantia da mobilidade dos jovens nos territórios (limitado pela guerra das facções).

Sobre as Audiências públicas

As audiências contaram com participação expressiva das mulheres, o maior público-alvo no cotidiano dos atendimentos e elas se fizeram presentes em todas as audiências, qualificando o debate. Importante mencionar, também a participação dos movimentos ligados à questão da terra e dos direitos da população LGBTQIA+.

Participaram etapa de audiências um total de 379 pessoas. A seguir apresentamos as prioridades colocadas em cada audiência, destacando as propostas mais votadas e aquelas que foram compiladas a partir da manifestação dos participantes.

1ª) Litoral Leste e Vale do Jaguaribe

17/março de 2022, no auditório da FAFIDAM – 74 participantes

2ª) Litoral Oeste, Sertão de Sobral, Litoral Norte e Serra da Ibiapaba

22/março, Auditório da sede da Defensoria Pública – 104 participantes

3ª) Centro Sul e Cariri

07/Abril, Auditório da URCA – 73 participantes

4ª) Sertão Central e Sertão de Canindé

20/Abril, Escola do Campo Filha da Luta – Patativa do Assaré – 40 participantes

5ª) Sertão dos Inhamuns (Reunião ampliada)

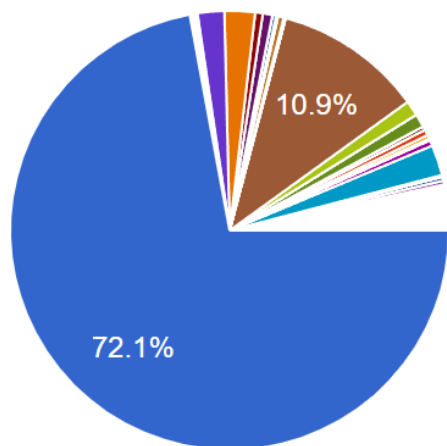
12/Maio, Auditório da Cáritas Diocesana de Crateús – 40 participantes

6ª) Grande Fortaleza e Maciço de Baturité

28/Maio, Teatro do Centro Cultural do Bom Jardim – 52 participantes.



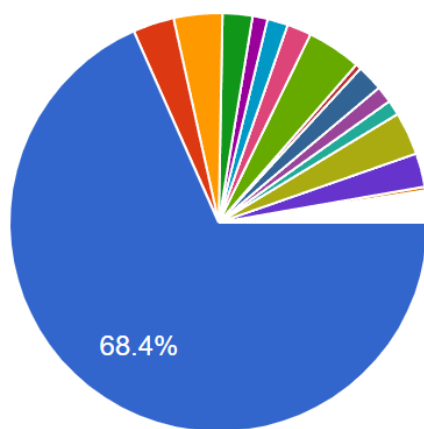
QUANTO À CIDADE DE PARTICIPAÇÃO:



- Fortaleza
- Acaraú
- Acopiara
- Aquiraz
- Aracati
- Barbalha
- Beberibe
- Boa Viagem

▲ 1/9 ▼

QUANTO AO TEMA:

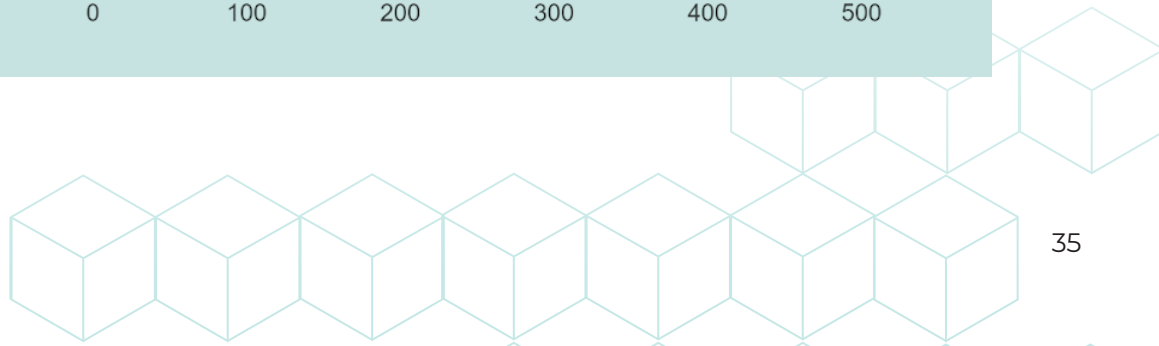
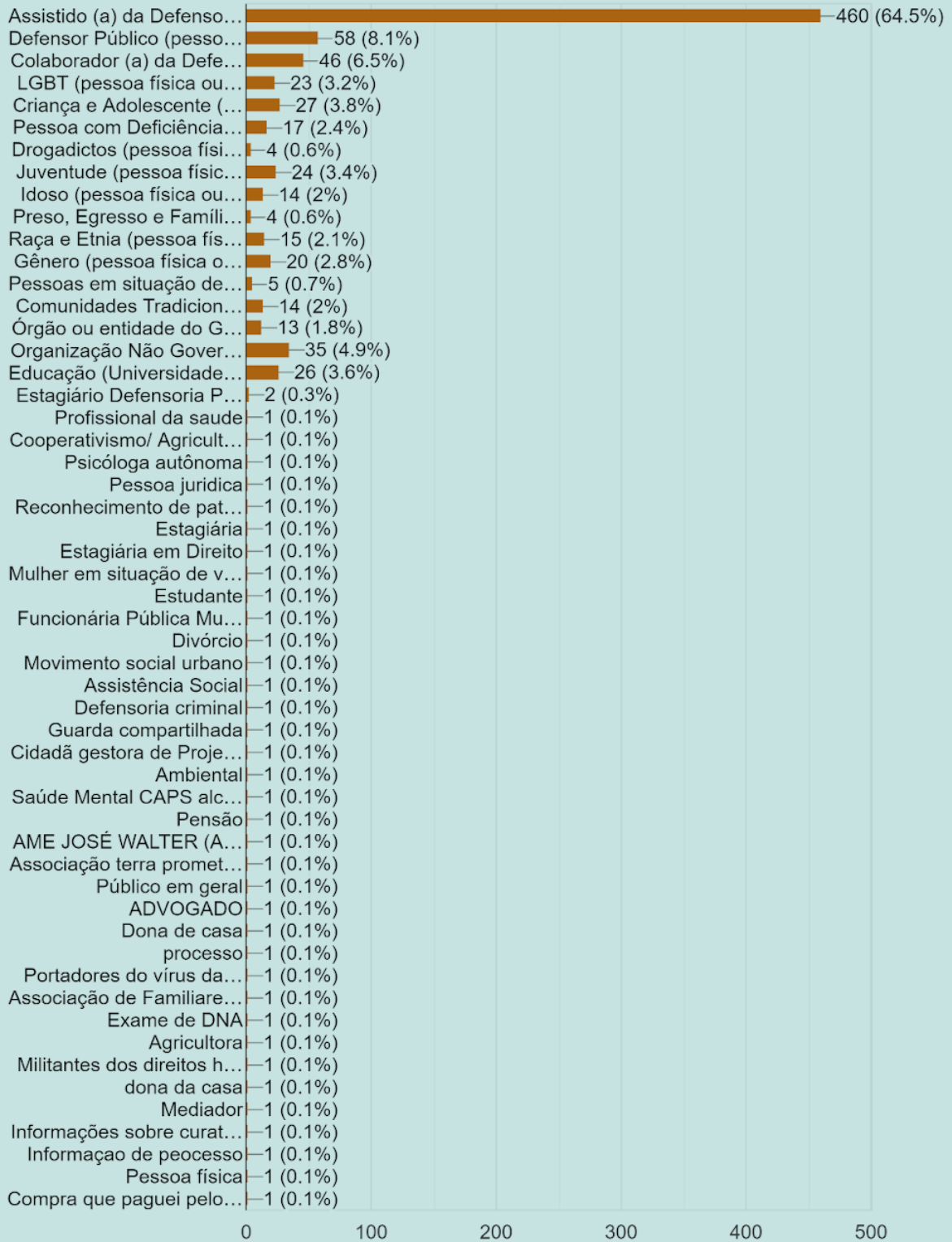


- (01) Defensoria Pública
- (02) População LGBT (Lésbicas, Ga...
- (03) Crianças e Adolescentes
- (04) Pessoas com Deficiência
- (05) Políticas sobre Drogas
- (06) Juventude
- (07) Pessoa Idosa
- (08) Sistema carcerário

▲ 1/4 ▼

1. Por favor, aponte abaixo qual o seu segmento:

713 respostas



3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

As fontes existentes no orçamento de 2022 da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará são:

- a) **1.00.00 – Recursos Ordinários:** Responsável pelas despesas de pessoal e alguns investimentos;
- b) **1.01.00 – Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados:** Suplementada com o objetivo de complementar com as despesas do pessoal da Defensoria Pública;
- c) **2.46.45 – Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES:** Operação de crédito cuja assinatura do contrato de financiamento foi dia no 28 de setembro de 2018.
- d) **3.00.00 – Recursos Ordinários:** Suplementada com o objetivo de complementar com as despesas do pessoal da Defensoria Pública;
- e) **3.12.00 – Alienações de Bens:** Recursos oriundos de leilões de bens.
- f) **6.82.82 – Convênios com Órgãos Federais – Administração Direta:** Recursos oriundos de convênios com Órgãos Federais

Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	194.999.640,00	194.999.640,00	194.564.336,44	99,78
1.01.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1.395.710,00	1.395.710,00	1.393.789,88	99,86
2.46.45	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS – TESOURO/BNDES	5.317.496,00	5.317.496,00	3.597.085,97	67,65

3.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	20.406.484,11	18.102.051,52	88,71
3.12.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	181.500,00	173.029,10	95,33
6.82.82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO	0,00	150.000,00	0,00	0,00

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410104956\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410104956[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) em 10/04/2023 às 10:49

3.2. Recursos patrimoniais

Tabela 3 - RECURSOS PATRIMONIAIS

Descrição	Balço Patrimonial em Dez/2022
BENS MÓVEIS	31.590.474,66
BENS IMÓVEIS	26.638.533,55
INTANGÍVEL	499.923,99
Valor Total	58.229.008,21

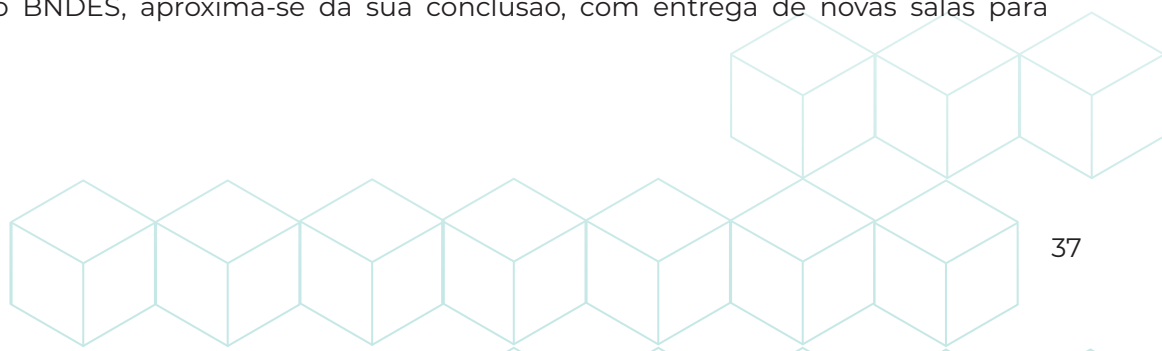
Fonte: <https://www.defensoria.ce.def.br/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria/balanco/>

3.3. Infraestrutura

No ano de 2022, após superada a fase mais grave da pandemia de coronavírus, a Defensoria Pública continuou inaugurando diversos núcleos de atendimento, além de realizar ampliação e reformas da infraestrutura de diversos outros, sempre com o objetivo de garantir a excelência na prestação dos serviços à sociedade cearense. A sede administrativa também recebeu diversas melhorias, possibilitando uma gestão mais efetiva.

Assim, podem ser listadas algumas das principais realizações nessa área, no ano de 2022, bem como as perspectivas para o ano de 2023.

1 – A obra do novo prédio da Defensoria Pública no Bairro João XIII, em Fortaleza, com financiamento do BNDES, aproxima-se da sua conclusão, com entrega de novas salas para



atendimento multidisciplinar, atendimento ao público pelos Defensores, realização de mediação comunitária mediante supervisão dos Defensores, auditório para realização de palestras, cursos, ações de cidadania e educação em direitos. Trata-se de um espaço voltado sobretudo para mediação comunitária, tendo como atribuições o atendimento ao público, peticionamento, ajuizamento de ações, atendimento multidisciplinar, realização de audiências extrajudiciais de conciliação e mediação, ações de cidadania e educação em direitos junto à comunidade. A obra em questão possuirá dois pavimentos com um total 772,73 m² de área construída.



FOTO 01 – João XXIII



FOTO 02 – João XIII



FOTO 03 – João XXIII



FOTO 04 – João XXIII

2 – Inaugurada a ampliação do prédio da Defensoria Pública do 2o. Grau, na data de 18 de maio de 2022, com a construção de mais 15 gabinetes para os defensores e defensoras, recepção, depósito, sanitário feminino, sanitário masculino, sala de estagiários, sala de apoio, com área construída de 236,69 m².





FOTO 05 – 2° Grau



FOTO 06 – 2° Grau



FOTO 07 – 2° Grau



FOTO 08 – 2° Grau

3- Inauguradas as salas para abrigar o Projeto REDE ACOLHE, na Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa, na data de 08 de março de 2022, para atendimento às vítimas de violência de Fortaleza e Região Metropolitana, com área de aproximadamente 123,22 m² composta por recepção, gabinete, sala de atendimento psicossocial, coordenação técnica, sala da equipe multidisciplinar, sala de aula, copa e sanitários.



FOTO 09 – Rede Acolhe



FOTO 10 – Rede Acolhe





FOTO 11 – Rede Acolhe

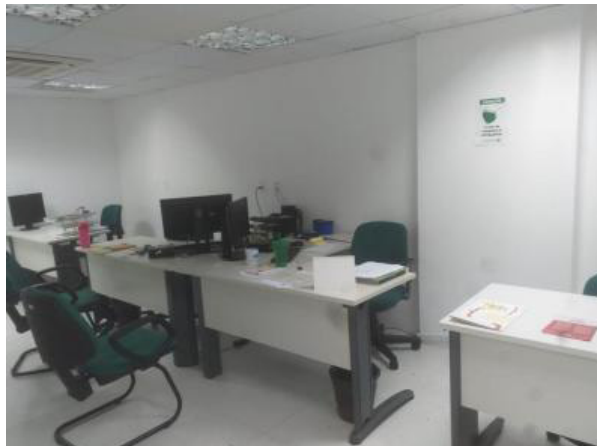


FOTO 12 – Rede Acolhe

4 – Inauguração do Núcleo de Iguatu, em espaço cedido pela SEFAZ, em 17 de novembro de 2022, composto de recepção, 04 gabinetes, Sala de mediação/conciliação, atendimento psicossocial, copa e sanitários, com área construída de aproximadamente 242,75 m².



FOTO 13 – Iguatu



FOTO 14 – Iguatu



FOTO 15 – Iguatu



FOTO 16 – Iguatu

5 – Inauguração da ampliação do Data Center da sede administrativa da Defensoria Pública, na data de dezembro de 2022. Obra civil e equipamentos: Gerador de 40KVA; 2 UPS's de 10KVA; 2 Racks de distribuição; 1 Rack VoIP; Rack Operadora/CFTV; Rack de previsão; Portas e tetos ante chamas; Sala de controle para 4 operadores; Portas com controle eletrônico; Quadro de comando com automação da ENEL/GERADOR; Refrigeração de todos os ambientes; Alarmes para controle de incêndio.





FOTO 17 – Data Center



FOTO 18 – Data Center



FOTO 19 – Data Center



FOTO 20 – Data Center

6 – Reforma do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei – NUAJA, em junho de 2022.



FOTO 21 – NUAJA



FOTO 22 – NUAJA



FOTO 23 – NUAJA



FOTO 24 – NUAJA



7 – Reforma do Núcleo de Maracanaú, pintura e melhorias dos 05 gabinetes do pavimento superior, em 12 de setembro de 2022, com área de 87,13 m².

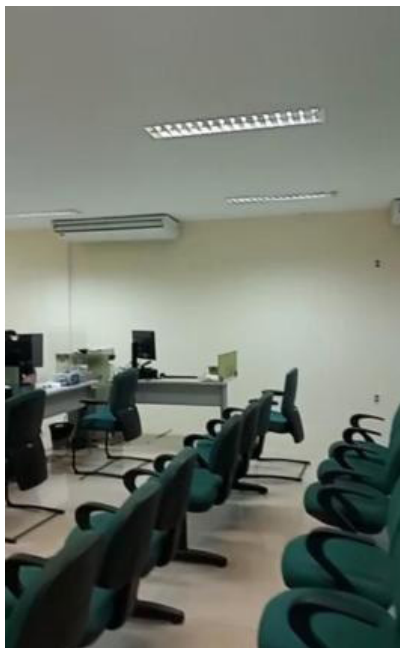


FOTO 25 – Núcleo de Maracanaú



FOTO 26 – Núcleo de Maracanaú

8 – Inauguração do Núcleo de Coreaú, em maio de 2022, composto de recepção, 01 gabinete, Sala de mediação/conciliação, copa e sanitários, com área de 110,71 m².



FOTO 27 – Coreaú



FOTO 28 – Coreaú



FOTO 29 – Coreaú



FOTO 30 – Coreaú

9 – Inauguração de Sala para estagiários no pavimento superior do Núcleo da Cidade dos Funcionários, em janeiro de 2022.



FOTO 31 – Sala de Estágio



FOTO 32 – Sala de Estágio



10 – Inauguração da Sala de Amamentação na Sede Administrativa, em março de 2022.



FOTO 33 – Sala de Amamentação da Sede **FOTO 34 – Sala de Amamentação da Sede**

11 – Ampliação do Núcleo do Crato, 02 novas salas no pavimento superior e instalação de sistema de segurança, em julho de 2022.



FOTO 35 – Núcleo do Crato



FOTO 36 – Núcleo do Crato

12 – Instalação da cobertura do estacionamento do Núcleo de Sobral, finalizada em novembro de 2022, com área de 212,50 m².



FOTO 37 – Cobertura Estacionamento Sobral



FOTO 38 – Cobertura Estacionamento Sobral



FOTO 39 – Cobertura Estacionamento Sobral



FOTO 40 – Cobertura Estacionamento Sobral

13 – Inauguração da Unidade Móvel do projeto Defensoria em Movimento, compreendendo 14 estações de trabalho, 01 recepção, copa e sanitário para atendimento itinerante da Defensoria Pública, em 01 de setembro de 2022.



FOTO 41 – Defensoria em Movimento



FOTO 42 – Defensoria em Movimento





FOTO 43 – Defensoria em Movimento



FOTO 44 – Defensoria em Movimento

14– Inauguração de 01 sala para o funcionamento do Núcleo de petição inicial do Bairro Bom Jardim, em atividade cumulativa, em julho de 2022, com área de 12,69 m².



FOTO 45 – Núcleo do Bom Jardim



FOTO 46 – Núcleo do Bom Jardim

15 – Restauração da rede elétrica do Núcleo de Aracati, em março de 2022.

Para o ano de 2023 estão previstas: a inauguração do novo prédio da Defensoria Pública no Bairro João XIII, em Fortaleza; a obra de ampliação da sede administrativa; o desenvolvimento de

projetos para o Novo Núcleo Central de Atendimento; a ampliação e reforma de diversos núcleos do interior do Estado (Itaitinga, Eusébio, Barbalha e Juazeiro do Norte); adequação do Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas – SPDA da Sede, ampliação de dois gabinetes no Núcleo do Crato, locação de 03 galpões novos, reforma do espaço para atendimento no DECAP, além de outros em Fortaleza, principalmente em decorrência da ampliação do número de atividades cumulativas previstas, bem como a eventual nomeação de novos defensores públicos aprovados em concurso público.

3.4. Quadro de pessoal

Tabela 4 – QUADRO DE PESSOAL

Situação Funcional		Número de Servidores / Colaboradores
Defensores Públicos Ativos	(a)*	343
Defensores Públicos Inativos	(b)*	84
Total de Defensores Públicos	(a+b)	427
Servidores Administrativos	(a)*	04
Servidores de Outros Órgãos (Cargo Comissionado)	(b)*	01
Servidores (Exclusivamente Cargo Comissionados)	(c)*	02
Servidores Inativos	(d)*	02
Total de Servidores	(a+b+c+d)	09
Prestação de Serviço Terceirizado (LAR ANTÔNIO DE PÁDUA)	(a)**	125
Prestação de Serviço Terceirizado (FAZ)	(b)**	69
Prestação de Serviço Terceirizado (CRIART)	(c)**	78
Prestação de Serviço Terceirizado (NORTH)	(d)**	16
Prestação de serviço Terceirizado (EUROSERV)	(e)**	29
Prestação de serviço Terceirizado (SOLUÇÃO)	(f)**	11
Estagiários Nível Superior (Universitários)	(g)*	270
Bolsistas Nível Médio (Projeto Primeiro Passo)	(h)*	79
Total – Prestação de Serviço e Estagiários	(a+b+c+d+e+f+g+h)	677
Total Geral		1.113

Fonte: *RH em 11/04/2023



**COORDENAÇÃO DE TERCEIRIZADOS em 28/03/2023

Outros Serviços de Terceiros:

a) Empresas Prestadoras de Serviço Administrativo (Lar Antônio de Pádua, FAZ Empreendimentos e Serviços, Euroserv Business & Negócios Terceirizados LTDA, CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA e SOLUÇÃO SERVIÇOS COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA) e Serviço de Segurança (NORTH SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI).

b) Estagiários (Nível Superior - Universitários)

c) Bolsistas (Nível Médio - Projeto Primeiro Passo)

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

TABELA 5 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	15.932.284,15	15.920.626,81	99,93
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	206.518.545,96	201.909.666,10	97,77
Total		222.450.830,11	217.830.292,91	97,92

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410104340\[fyboyqghvhkqb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410104340[fyboyqghvhkqb4g5pbzxx4lg].PDF) em 10/04/2023 às 10:43

TABELA 6 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Empenhado(E)	Pago (P)	% P/E
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	15.920.626,81	15.811.924,46	99,32
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	201.909.666,10	200.184.208,66	99,15
Total		217.830.292,91	215.996.133,12	99,16

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410104340\[fyboyqghvhkqb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410104340[fyboyqghvhkqb4g5pbzxx4lg].PDF) em 10/04/2023 às 10:43



211 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

O programa “Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará” é executado por dois órgãos: a “Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará” e o “Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”.

TABELA 7 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 211

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	211	1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	11.358.315,40	11.355.135,24	99,97
060000	211	1.01.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	733.692,00	733.692,00	100,00
060000	211	3.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.658.776,75	3.658.770,47	100,00
060000	211	3.12.00	ALIENAÇÃO DE BENS	181.500,00	173.029,10	95,33
Total				15.932.284,15	15.920.626,81	99,93

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230410105125\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230410105125[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) em 10/04/2023 às 10:51

511 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

TABELA 8 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 511

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	511	1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	183.641.324,60	183.209.201,20	99,76
060000	511	1.01.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	662.018,00	660.097,88	99,71
060000	511	2.46.45 ¹	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	5.317.496,00	3.597.085,97	67,65
060000	511	3.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	16.747.707,36	14.443.281,05	86,24
060000	511	6.82.82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO	150.000,00	0,00	0,00
Total				206.518.545,96	201.909.666,10	97,77

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230410105125\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230410105125[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) em 10/04/2023 às 10:51

(1) Valor da dotação é advindo de um contrato de financiamento com o BNDES para a Defensoria Pública cuja assinatura ocorreu no dia 28 de setembro de 2018.

4.2. Execução dos projetos e atividades

211 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

TABELA 9 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
211	10018	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	209.500,00	200.707,45	95,80
211	10196	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	35.000,00	33.878,40	96,80
211	11339	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	95.000,00	95.000,00	100,00
211	20264	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	10.156.346,15	10.156.339,87	100,00
211	20845	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	6.627,00	6.627,00	100,00
211	21241	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - DPGE	5.429.811,00	5.428.074,09	99,97
211	21348	CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO	0,00	0,00	0,00
Total			15.932.284,15	15.920.626,81	99,93

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230329110115\[h0icmbdbobzc0eeiipo5pr5j\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230329110115[h0icmbdbobzc0eeiipo5pr5j].PDF) 29/03/2023 às 11:01



TABELA 10 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
211	10018	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	200.707,45	188.715,10	94,02
211	10196	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	33.878,40	32.168,40	94,95
211	11339	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	95.000,00	0,00	0,00
211	20264	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	10.156.339,87	10.156.339,87	100,00
211	20845	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	6.627,00	6.627,00	100,00
211	21241	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - DPGE	5.428.074,09	5.428.074,09	100,00
211	21348	CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO	0,00	0,00	0,00
Total			15.920.626,81	15.811.924,46	99,32

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230329110115\[h0icmbdbobz0eeiipo5pr5j\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230329110115[h0icmbdbobz0eeiipo5pr5j].PDF) 29/03/2023 às 11:01

511 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

TABELA 11 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
511	10283	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	0,00	0,00	0,00

511	10285	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO	0,00	0,00	0,00
511	10295	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	687.000,00	671.175,45	97,70
511	10296	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	1.186.500,00	1.177.335,40	99,23
511	10831	REALIZAÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. I).	2.810.493,00	2.038.365,64	72,53
511	10833	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. II).	2.132.521,00	1.578.470,33	74,02
511	10835	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PMAE - COMP. III).	200.000,00	0,00	0,00
511	10836	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS (PMAE - COMP. IV).	150.000,00	0,00	0,00
511	10837	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE - COMP. V).	52.482,00	0,00	0,00
511	20058	ATENDIMENTO ITINERANTE EM ÁREAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.	36.322,60	36.000,00	99,11
511	20140	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA NORMAL) - DPGE.	197.056.209,36	194.365.373,40	98,63
511	20141	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA COMPLEMENTAR) - DPGE.	20.000,00	6.927,90	34,64
511	20142	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA.	0,00	0,00	0,00
511	20165	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA A FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES VIOL	150.000,00	0,00	0,00



511	20166	QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENDIMENTO E DEFENSORES PÚBLICOS - OP.	0,00	0,00	0,00
511	20167	MELHORIA DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO OP	0,00	0,00	0,00
511	21302	INSTALAÇÃO DE NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS NO CARIRI E NA REGIÃO DE SOBRAL	0,00	0,00	0,00
511	21303	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - DEFENSORIA EM MOVIMENTO	1.435.000,00	1.435.000,00	100,00
511	21304	INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00
511	21309	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURAS PARA DEFENSORES(AS) E ASSISTIDOS(AS) NOS NÚC	60.000,00	60.000,00	100,00
511	21312	APRIMORAR OS CANAIS DE ACESSO DE ATENDIMENTO COM OS(AS) DEFENSORES(AS)	210.000,00	209.225,81	99,63
511	21313	DESCENTRALIZAR O ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA, SE POSSÍVEL GARANTINDO O NÚCLEO DA DEFENSORIA	322.018,00	321.792,17	99,93
511	21350	FORTELECIMENTO DO NÚCLEO DE MORADIA	10.000,00	10.000,00	100,00
Total			206.518.545,96	201.909.666,10	97,77

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20230410111053\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20230410111053[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:10

TABELA 12 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
511	10283	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	0,00	0,00	0,00
511	10285	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO	0,00	0,00	0,00
511	10295	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	671.175,45	263.715,65	39,29
511	10296	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	1.177.335,40	639.593,90	54,33
511	10831	REALIZAÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. I).	2.038.365,64	1.626.759,64	79,81
511	10833	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. II).	1.578.470,33	1.247.880,33	79,06
511	10835	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PMAE - COMP. III).	0,00	0,00	0,00
511	10836	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS (PMAE - COMP. IV).	0,00	0,00	0,00
511	10837	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE - COMP. V).	0,00	0,00	0,00
511	20058	ATENDIMENTO ITINERANTE EM ÁREAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.	36.000,00	0,00	0,00
511	20140	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA NORMAL) - DPGE.	194.365.373,40	194.363.313,26	100,00
511	20141	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA COMPLEMENTAR) - PGE.	6.927,90	6.927,90	100,00
511	20142	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA.	0,00	0,00	0,00



511	20165	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA A FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES VIOL	0,00	0,00	0,00
511	20166	QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENDIMENTO E DEFENSORES PÚBLICOS - OP.	0,00	0,00	0,00
511	20167	MELHORIA DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO OP	0,00	0,00	0,00
511	21302	INSTALAÇÃO DE NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS NO CARIRI E NA REGIÃO DE SOBRAL	0,00	0,00	0,00
511	21303	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - DEFENSORIA EM MOVIMENTO	1.435.000,00	1.435.000,00	100,00
511	21304	INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00
511	21309	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURAS PARA DEFENSORES(AS) E ASSISTIDOS(AS) NOS NÚC	60.000,00	60.000,00	100,00
511	21312	APRIMORAR OS CANAIS DE ACESSO DE ATENDIMENTO COM OS(AS) DEFENSORES(AS)	209.225,81	209.225,81	100,00
511	21313	DESCENTRALIZAR O ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA, SE POSSÍVEL GARANTINDO O NÚCLEO DA DEFENSORIA	321.792,17	321.792,17	100,00
511	21350	FORTALECIMENTO DO NÚCLEO DE MORADIA	10.000,00	10.000,00	100,00
Total			201.909.666,10	200.184.208,66	99,15

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rei_20230410111053\[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rei_20230410111053[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:10

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

5.1. Indicadores de Gestão

QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS

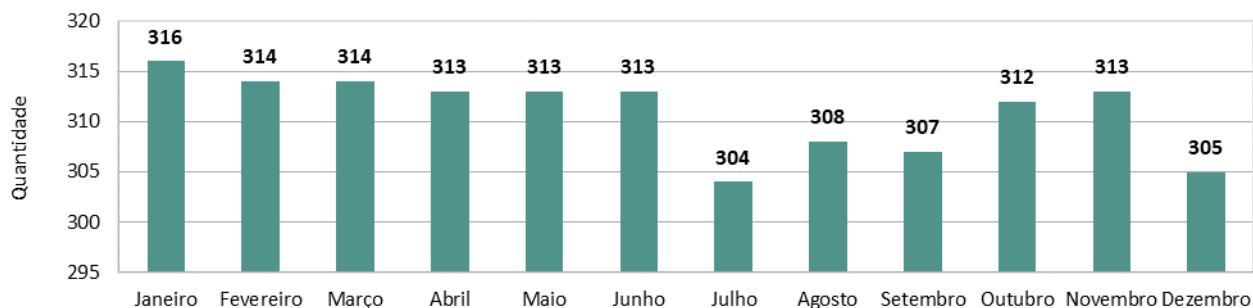


TABELA 13 – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Quantidade	316	314	314	313	313	313	304	308	307	312	313	305



Fonte: Dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 30/03/2023. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2022.

TABELA 14 – GESTÃO POR RESULTADOS

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRDIP + SOLAR	682.799	738.278	780.234	757.065	634.526	734.297	835.742
ACOLHIMENTOS	2 GRAU	ND	0	0	0	0	1.561	12.602	6.815
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	0	0	0	242	1.195	231
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	0	0	0	96	545	66	576
ACOLHIMENTOS	ALO DEFEN- SORIA	ND	18.562	14.884	8.315	10.490	16.913	23.856	26.194
ACOLHIMENTOS	AMONTADA	ND	0	0	0	0	0	0	254
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	0	0	0	626	387	30
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	1.920	0	0	1.420	8.252	4.124
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	0	0	0	264	107	5.741
ACOLHIMENTOS	BATURITÉ	ND	0	0	0	0	0	0	2.674
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	0	0	0	53	735	311
ACOLHIMENTOS	BOA VIAGEM	ND	0	0	0	0	0	0	288
ACOLHIMENTOS	BOM JARDIM	ND	0	0	0	0	0	0	1.062
ACOLHIMENTOS	BREJO SANTO	ND	0	0	0	0	0	0	303
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	0	0	0	0	52	26.810	1.608
ACOLHIMENTOS	CANINDÉ	ND	0	0	0	0	0	0	852
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	15.965	19.985	19.872	15.334	7.750	16.280	21.672
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	12.781	15.345	17.926	17.324	5.506	4.514	23.732
ACOLHIMENTOS	CHAVAL	ND	0	0	0	0	0	0	616
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	ND	0	0	0	0	1.912	1.476	4.402
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	0	0	0	6	0	8.706	64
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	0	0	0	6.025	17.258	5.294
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	0	23	161	565	11.897	0	12.402

ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	0	0	1.143	0	24.563	0
ACOLHIMENTOS	DELITOS SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	ND	0	0	0	0	0	0	1.829
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	0	0	0	16.092	43.674	19.400
ACOLHIMENTOS	EXECUÇÃO FISCAL	ND	0	0	0	0	0	0	140
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	34.441	43.080	41.217	39.784	11.646	6.472	56.687
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	0	0	0	2.687	104	6.183
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	0	0	0	45	2.626	157
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	0	0	7.388	7.770	2.148	6.994	5.275
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	0	0	0	882	1.482	5.009
ACOLHIMENTOS	IPÚ	ND	0	0	0	0	192	10.686	0
ACOLHIMENTOS	ITAITINGA	ND	0	0	0	0	0	0	313
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	ND	0	736	6.560	6.641	7.844	20.795	14.317
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	1.729	226	0	3.562	8.932	2.316	30.850
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	849	8.037	10.972
ACOLHIMENTOS	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	ND	0	0	0	0	0	0	2.248
ACOLHIMENTOS	JÚRI	ND	0	0	0	0	0	0	911
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	0	908	7.620	10.084	2.667	1.903	10.077
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	0	0	0	1.443	399	301	3.875
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	0	0	0	45	3.879	0
ACOLHIMENTOS	MUCURIPE	ND	0	0	0	216	1.358	3.981	5.892
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	0	776	1.459	1.559	2.613	0	3.855
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	0	0	0	0	12.715	24.641	42.001



ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	63.658	74.595	47.834	41.621	13.540	0	32.989
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	0	0	0	1.525	3.722	0
ACOLHIMENTOS	NOVA RUSSAS	ND	0	0	0	0	0	0	115
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	0	0	0	1.043	4.039	3.436
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	0	0	0	2.623	0	1.211
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	0	0	3.449	3.567	0	8.472	666
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	3.983	0	0	3.005	24.061	3.744
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	0	14.476	15.625	16.619	32.189	23.542	19.156
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	0	0	10.985	11.362	21.702	6.167	37.309
ACOLHIMENTOS	NUDESA-NAIS	ND	0	0	0	9.350	7.486	8	13.213
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	0	0	0	137	5.875	280
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	0	0	6.086	4.502	2.406	11.812	9.506
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	0	0	5.015	3.867	3.949	0	8.712
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	-	0	0	0	663	0	0	0
ACOLHIMENTOS	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	0	0	0	520
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	0	0	0	1.946	2.831	1	0
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	2.428	1.968	2.460	2.420	0	684	20
ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	0	0	0	53	0	444
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	0	0	2.002	27.206	5.250	2.370
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	0	0	0	891	353	1.923
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMO- BIM	ND	0	0	0	0	194	1.975	0
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	0	0	0	326	26.225	772
ACOLHIMENTOS	SANTA QUITÉ- RIA	ND	0	0	0	0	0	0	13
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	0	3	0	16.226	7.844	1.548	30.233
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-LAÇOS DE FAM	ND	0	0	0	0	1.528	5.429	3.995
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-NUSOL	ND	0	0	0	0	432	0	6.107
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	0	0	0	2.148	0	4.740
ACOLHIMENTOS	TAUÁ	ND	0	0	0	0	0	0	13
ACOLHIMENTOS	TRAIRI	ND	0	0	0	0	0	0	488

ACOLHIMENTOS	VÁRZEA ALE- GRE	ND	0	0	0	0	0	0	109
ACOLHIMENTOS	VIÇOSA DO CEARÁ	ND	0	0	0	0	0	0	653
NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			832.363	931.183	982.206	971.001	880.101	1.112.628	1.357.715
NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)			2.996.507	3.352.259	3.535.942	3.495.604	3.168.364	4.005.461	4.887.774

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 30/03/2023. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2022.

TABELA 15 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

INDICADOR	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	832.363	931.186	982.206	987.227	893.464	1.112.628	1.357.715
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6)	2.996.507	3.352.270	3.535.942	3.554.017	3.216.470	4.005.461	4.877.774
Média mensal de atendimentos	69.364	77.599	81.850	82.269	74.455	92.719	113.143
Quantidade de Defensores na atividade-fim	274	281	281	289	313	336	311
Produtividade média mensal dos Defensores	253	276	291	285	238	285	364
Valor total Empenhado da fonte Recursos Ordinários	115.941.407	132.199.627	149.947.344	165.055.003	179.793.512	182.983.191	214.233.207
Custo médio do Atendimento	139,22	141,97	152,60	167,19	201,23	164,46	157,79
População estimada	8.963.663	9.022.867	9.082.071	9.132.858	8.187.886	9.240.580	9.240.580
Habitantes por Defensor	32.734	32.110	32.311	31.611	29.370	27.502	29.712





Fontes:

(1) METABASE (*Business Intelligence*) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;

(2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

(3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/Quant\ Defensores)/12$);

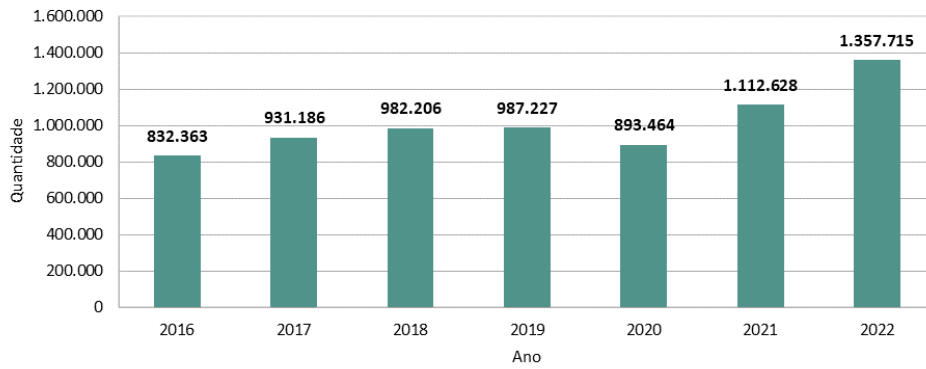
(4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06; Não houve atualização pelo IBGE da população estimada do ano de 2022 até o dia 06.06.2023 sendo utilizado o mesmo quantitativo do ano de 2021, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>;

(5) Habitantes por Defensor público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

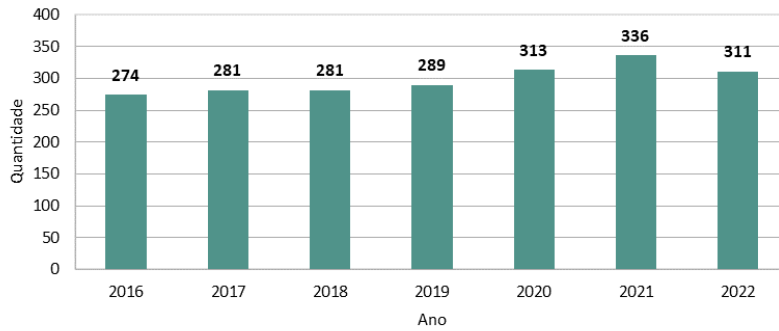
(6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: $NPBD/12$);

(7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);

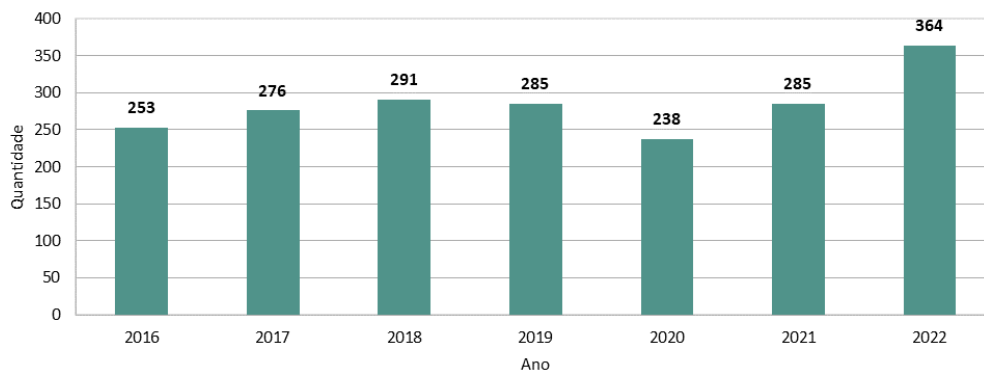
PROCEDIMENTOS POR ANO



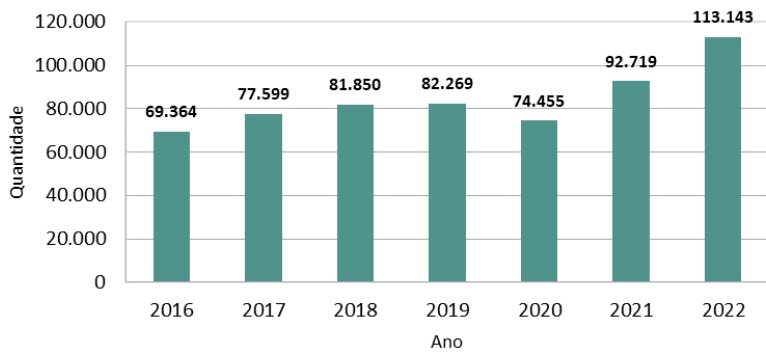
MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA FIM



PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



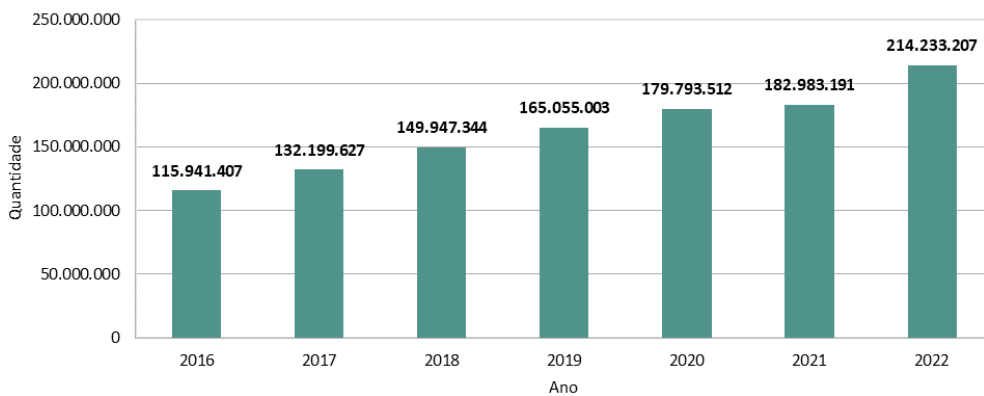
MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



VALOR EMPENHADO



5.2. Indicadores de Desempenho

Indicadores de Eficiência

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos como as iniciativas prioritárias constantes no PPA 2020-2023, são elas:

511.1.01 - Promoção da oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita.

Produto: Procedimento Jurídico Realizado

EXECUÇÃO FÍSICA:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
833.135	253.378	568.632	835.406

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20140 - PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA NORMAL) - DPGE.	180.308.502,00	197.056.209,36	194.365.373,40	194.363.313,26	98,63	98,63
20141 - PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (FOLHA COMPLEMENTAR) - DPGE.	20.000,00	20.000,00	6.927,90	6.927,90	34,64	34,64
20142 - PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA.	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



21350 - FORTALECIMENTO DO NÚCLEO DE MORADIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,00	100,00
Total	180.368.502,00	197.086.209,36	194.382.301,30	194.380.241,16	98,63	98,63

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31

511.1.02 - Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.

Produto: Unidade de Atendimento Implantada

EXECUÇÃO FÍSICA:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
15	23	24	20

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
10285 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21313 - DESCENTRALIZAR O ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA, SE POSSÍVEL GARANTINDO O NÚCLEO DA DEFENSORIA EM CADA REGIONAL DE FORTALEZA	322.018,00	322.018,00	321.792,17	321.792,17	99,93	99,93
Total	522.018,00	322.018,00	321.792,17	321.792,17	99,93	99,93

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31

Produto: Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado

EXECUÇÃO FÍSICA:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
2	0	1	1

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

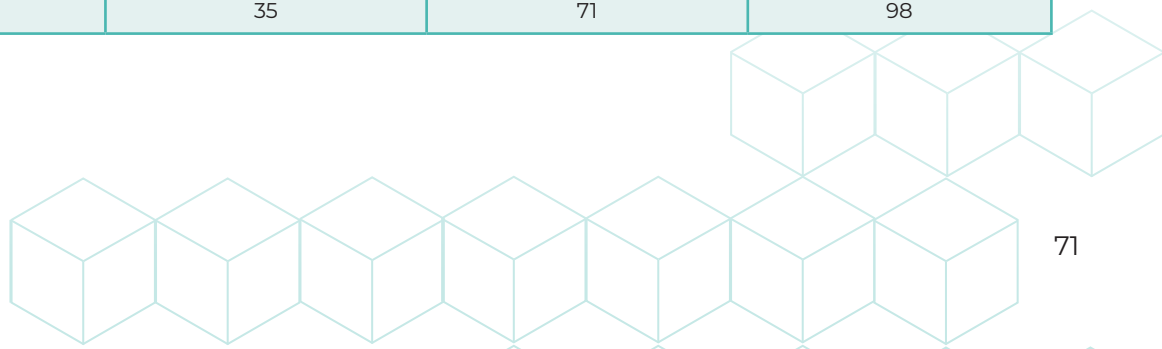
EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
10283 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO	530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21302 - INSTALAÇÃO DE NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS NO CARIRI E NA REGIÃO DE SOBRAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21304 - INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21312 - APRIMORAR OS CANAIS DE ACESSO DE ATENDIMENTO COM OS(AS) DEFENSORES(AS)	210.000,00	210.000,00	209.225,81	209.225,81	99,63	99,63
Total	760.000,00	210.000,00	209.225,81	209.225,81	99,63	99,63

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31**511.1.03 - Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.****Produto: Evento Realizado**

EXECUÇÃO FÍSICA:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
60	35	71	98



Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20166 - QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENDIMENTO E DEFENSORES PÚBLICOS - OP	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20167 - MELHORIA DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO -	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136\[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31

Produto: Profissional Capacitado

EXECUÇÃO FÍSICA:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
2	1	2	3

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
21309 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURAS PARA DEFENSORES(AS) E ASSISTIDOS(AS) NOS NÚC	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	100,00	100,00
Total	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	100,00	100,00

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136\[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31

511.1.04 – Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita

Produto: Espaço de atendimento jurídico estruturado**EXECUÇÃO FÍSICA:**

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
5	8	9	16

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
10295 - ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO.	600.000,00	687.000,00	671.175,45	263.715,65	97,70	38,39
10296 - ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO JURÍDICO	1.410.000,00	1.186.500,00	1.177.335,40	639.593,90	99,23	53,91
10831 - REALIZAÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. I	2.810.493,00	2.810.493,00	2.038.365,64	1.626.759,64	72,53	57,88
10833 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. II)	954.521,00	2.132.521,00	1.578.470,33	1.247.880,33	74,02	58,52
10835 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PMAE - COMP. III)	500.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10836 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS (PMAE - COMP. IV).	450.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10837 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE COMP. V)	1.052.482,00	52.482,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.777.496,00	7.218.996,00	5.465.346,82	3.777.949,52	75,71	52,33

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20230410113136\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20230410113136[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31

511.1.05 - Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita - Defensoria em Movimento.

Produto: Evento Realizado

EXECUÇÃO FÍSICA:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
14	4	5	8

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20058 - ATENDIMENTO ITINERANTE EM ÁREAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.	240.000,00	36.322,60	36.000,00	0,00	99,11	0,00
21303 - PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - DEFENSORIA EM MOVIMENTO EM BAIROS COM BAIXO IDH	10.000,00	1.435.000,00	1.435.000,00	1.435.000,00	100,00	100,00
Total	250.000,00	1.471.322,60	1.471.000,00	1.435.000,00	99,98	97,53

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136\[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230410113136[fyboyqghvhkbg4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31

511.1.06 – Promoção da assistência jurídica e psicossocial especializada à população em situação de cárcere, vítimas de crimes violentos e familiares.

Produto: Pessoa Assistida**EXECUÇÃO FÍSICA:**

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
100	29	63	84

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

EXECUÇÃO FINANCEIRA:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20165 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA A FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES VIOL.	152.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	152.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230410113136\[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230410113136[fyboyqghvhkgb4g5pbzxx4lg].PDF) 10/04/2023 às 11:31

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 16 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Realizado 2022 (A)	Investimento 2022 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
511.1.01	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Procedimento Jurídico Realizado	835.406	194.380.241,16	232,68



511.1.02	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Unidade de Atendimento Implantada	20	321.792,17	16.089,61
		Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado	1	209.225,81	209.225,81
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Evento Realizado	98	0	0
		Profissional Capacitado	3	60.000,00	20.000,00
511.1.04	Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Espaço de atendimento jurídico estruturado	16	3.777.949,52	236.121,84
511.1.05	Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita - Defensoria em Movimento.	Evento Realizado	8	1.435.000,00	179.375,00
511.1.06	Promoção da assistência jurídica e psicossocial especializada à população em situação de cárcere, vítimas de crimes violentos e familiares.	Pessoa Assistida	84	0	0

Nota: Parte das entregas realizadas para estas iniciativas foram executadas com recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

Indicadores de Eficácia

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2010).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 17 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Programado 2022 (A)	Realizado 2022 (B)	I (B/A)
511.1.01	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Procedimento Jurídico Realizado	833.135	835.406	1,00
511.1.02	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Unidade de Atendimento Implantada	15	20	1,33
		Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado	2	1	0,5
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Evento Realizado	60	98	1,63
		Profissional Capacitado	2	3	1,50
511.1.04	Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Espaço de atendimento jurídico estruturado	5	16	3,2
511.1.05	Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita - Defensoria em Movimento.	Evento Realizado	14	8	0,57
511.1.06	Promoção da assistência jurídica e psicossocial especializada à população em situação de cárcere, vítimas de crimes violentos e familiares.	Pessoa Assistida	100	84	0,84

Indicadores de Economicidade

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2010).



O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	R\$ / Unid. Entregues 2021 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2022 (I)	% Indic. (I/ Ia)
511.1.01	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Procedimento Jurídico Realizado	233,88	232,68	0,99
511.1.02	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Unidade de Atendimento Implantada	0	16.089,61	0
		Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado	0	209.225,81	0
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Eventos Realizados	0	0	0
		Profissional Capacitado	8.378,4	20.000,00	2,39
511.1.04	Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Espaço de atendimento jurídico estruturado	470.606,86	236.121,84	0,50
511.1.05	Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita - Defensoria em Movimento.	Evento Realizado	0	179.375,00	0
511.1.06	Promoção da assistência jurídica e psicossocial especializada à população em situação de cárcere, vítimas de crimes violentos e familiares.	Pessoa Assistida	0	0	0

Nota: As entregas realizadas para estas iniciativas foram executadas com recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

No ano de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento N° 15.2.0160.1 – BNDES no valor de R\$ 10.888.888,90 (dez milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) e o valor de Contrapartida do Tesouro Estadual de R\$ 4.666.666,10 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta reais e dez centavos), totalizando o valor global de R\$ 15.555.555,00 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais) no qual é destinado a apoiar a modernização da Administração Geral e Patrimonial da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

O Projeto de Modernização da Defensoria tem como objetivo principal a modernização e o aprimoramento contínuo da gestão pública praticada pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE) e a operacionalização de suas atividades, através de projetos e ações que melhorem o atendimento ao público e permitam maior efetividade e transparência administrativa. Os principais resultados esperados são:

- **Fortalecimento da cultura de planejamento;**
- **Maior nível de transparência administrativa;**
- **Decisões embasadas no gerenciamento mais eficiente de informações;**
- **Gestão, integração e guarda, adequadas e seguras, das informações de estratégicas e de negócio;**
- **Maior qualidade nos processos de negócio, apoio e controle;**
- **Implantação de uma cultura de gestão dos processos de negócio;**



- **Fortalecimento da gestão de TIC;**
- **Renovação do Parque Tecnológico;**
- **Adequação da infraestrutura tecnológica da Sede e das Unidades da DPGE às melhores práticas de gestão e segurança, de informação e ativos, de acordo com a realidade e representatividade estratégica de cada unidade;**
- **Unificação e padronização da plataforma tecnológica e do ambiente de desenvolvimento, para construção e manutenção, de soluções de software;**
- **Especialização e qualificação da equipe de TIC gerenciada de acordo com as necessidades, objetivos e competências organizacionais.**

O Projeto de Modernização encontra-se dividido conforme tabela abaixo:

Tipo de Projeto	Projetos
Aperfeiçoamento da Gestão e Operacionalização de TIC	PGTIC - Aperfeiçoamento das Políticas, Procedimentos e Padrões de TIC
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura TI	PINFRA1 – Adequação da Estrutura do Centro de Dados da Sede
	PINFRA2 – Readequação e instalação de Cabeamento Estruturado
	PINFRA3 – Atualização Tecnológica e Instalação de Ativos de Rede
	PINFRA4 – Renovação e Ampliação do Parque Tecnológico, Backup e Virtualização
Aperfeiçoamento e adequação dos sistemas e soluções de software	PSOFTW – Implantação de solução de Processos de Negócio
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	PCONSRH - Consultoria organizacional, gestão de pessoas e desenvolvimento de recursos humanos
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura	PREF1 – Reforma, ampliação, equipagem e modernização do Núcleo João XXIII
	PREF2 – Reforma, equipagem e modernização do Núcleo da Defensoria Pública - Av. Senador Virgílio Távora

No ano de 2019 houve o primeiro desembolso financeiro no valor de R\$ 1.559.118,85 (um milhão e quinhentos e cinquenta e nove mil e cento e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), em 2020 não foram realizados desembolsos financeiros, já em 2021 foi desembolsado o total de R\$ 3.885.720,53 (três milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil e setecentos e vinte reais e cinquenta e três centavos) e em 2022 foi desembolsado R\$ 2.906.232,11 (dois milhões, novecentos e seis mil e duzentos e trinta e dois reais e onze centavos) restando um saldo a ser repassado pelo agente financeiro BNDES no total de R\$ 2.537.817,16 (dois milhões e quinhentos e trinta e sete mil e oitocentos e dezessete reais e dezesseis centavos) conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 19 – Desembolsos Financeiros BNDES

DESEMBOLSOS FINANCEIROS BNDES										
Fonte BN- DES	2018(a)	2019(b)	2020(c)	2021(d)	2022(e)	Total (a+b+c+d+e)	%De- sem- bolso	Valor Previsto	Saldo a realizar	% a Rea- lizar
Valor:	0,00	1.559.118,85	0,00	3.885.720,53	2.906.232,11	8.351.071,49	77%	10.888.888,65	2.537.817,16	23%

Com relação as contrapartidas com recursos do Tesouro Estadual o BNDES autorizou que sejam utilizadas as despesas relacionadas com os Projetos do PMAE a partir do ano de 2014, no qual foi aprovada a Carta Consulta referente ao projeto. No ano de 2020 foi realizado o valor total de R\$ 269.250,00 (duzentos e sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais) referente a contrapartida do Tesouro Estadual resultando assim no valor realizado acumulado de R\$ 4.804.948,76 (quatro milhões e oitocentos e quatro mil e novecentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) de contrapartida do Tesouro Estadual, conseguindo assim superar o valor da contrapartida exigida no valor R\$ 4.666.666,00 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais) conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 20 – Contrapartida realizada no Projeto PMAE_DPGE

CONTRAPARTIDA REALIZADA	
ANO	VALOR
2014	172.183,65



2015	574.944,10
2016	328.000,00
2017	700.399,00
2018	1.343.346,99
2019	1.416.825,02
2020	269.250,00
Total:	4.804.948,76
Total Previstos:	4.666.666,00
Contrapartida Realizada:	102,96%

No ano de 2022 foram executados com recursos Fonte BNDES o valor total de R\$ 4.188.663,20 (quatro milhões, cento e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e três reais e vinte centavos), tendo como valor total executado com recursos Fonte BNDES no projeto o montante de R\$ 7.556.030,72 (sete milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e trinta reais e setenta e dois centavos) restando um saldo a executar de R\$ 3.332.858,18 (três milhões e trezentos e trinta e dois mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e dezoito centavos) conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 21 – Recursos Fonte BNDES realizado Projeto PMAE_DPGE

RECURSOS FONTE BNDES	
ANO	VALOR
2019	770.841,74
2020	506.843,06
2021	2.089.682,72
2022	4.188.663,20
Total:	7.556.030,72
Total Previsto no Projeto	10.888.888,90
Saldo a Realizar:	3.332.858,18

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;



DEFENSORIA PÚBLICA

Convênios


Número Automático	Concedente/Convenente	Objeto	Papel da UG	Tipo de Transferência	Valor
SIAFI e Vigência					
220015	81000 - MINIST. MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS - Nº 917421/2021	O presente convênio tem como objetivo a contratação de equipe técnica multidisciplinar do rede acolhe a fim de ampliar seu atendimento visando a efetividade e qualidade no serviço defensorial para familiares vítimas, conforme detalhado no plano de trabalho	Convenente	Convênio de receita	TOTAL R\$ 270.310,38 REPASSE R\$ 150.000,00 CONTRAPARTIDA R\$ 120.30,38
Vigência: 26/11/2023					
230002	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	Fortalecimento do atendimento jurídico e psicossocial de mulheres em situação de cárcere nas unidades prisionais femininas da Região Metropolitana de Fortaleza – CE e seus familiares.	Convenente	Convênio de receita	TOTAL R\$ 1.621.339,58 REPASSE R\$ 1.473.945,06 CONTRAPARTIDA R\$ 147.394,52
Vigência: 24/08/2024					
220029	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Nº 03/2021	Estabelecer a mútua cooperação em virtude de utilização do espaço localizado no endereço Edifício Super Venâncio, salas 308, 309, 310 e 311, situação no Setor Comercial Sul, Quadra 8, Bloco B, Asa Sul, para funcionamento dos Núcleos Especializados de atuação perante os Tribunais Superiores, em Brasília – DF.	Concedente	Convênio de despesa	R\$ 64.410,36
Vigência: 01/11/2026					

SIAFI/SEFAZ
Nota (1): 220015: NÃO EXECUTADO
Nota (2): 230001: NÃO EXECUTADO
Nota (3): 220029: EXECUTADO O VALOR DE DOZE MESES R\$ 64.410,36 em 2022, sendo uma DEA de R\$ 9.201,48 (dez e nov/2021) e R\$ 55.208,88 (Jan a Dez de 2022).

Atualizado por FÁBOLA DOS ANJOS PEREIRA em 02/05/23 às 14:26

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 02/05/2023.





8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu, no exercício de 2022, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 02/05/2023.

9. Conclusão

Uma Instituição que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores uma plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e um referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e eficácia no atendimento de sua missão constitucional exigem da Defensoria Pública do Estado do Ceará a capacidade de pôr em prática mudanças contínuas e um planejamento de ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão hipossuficiente.

Em 2022, com o fim da conjuntura pandêmica surgiram novos desafios. A importância do retorno ao trabalho presencial se mostrou fundamental. A Defensoria Pública procurou trabalhar

seu planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil (com a realização do VII Orçamento Participativo) o que lhe propiciou plena visibilidade e uma responsabilização efetivamente democrática de sua atual gestão.

Para definir suas diretrizes, objetivos e metas de atendimento das demandas da Instituição e no processo participativo, mais do que nunca, foi importante o envolvimento de todos nas decisões, execuções e acompanhamento das ações a serem empreendidas, a fim de se evitar que o planejamento seja encarado apenas como cumprimento de uma mera formalidade administrativa.

Conforme podemos observar na Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2022-2023, a Defensoria conseguiu atingir uma média de execução de 63,5% dos projetos planejados no Planejamento Estratégico 2022-2023.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE) conquistou o Selo Prata no Programa Nacional de Transparência Pública, liderado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O levantamento apontou que o índice de transparência pública da instituição é de 79,11%.

Em 2022, cerca de mais de 1.357.715 pessoas foram beneficiadas, conforme Tabela 15 – GESTÃO POR RESULTADOS. Esse número foi fruto de um contínuo esforço da administração da defensoria em estruturar e ampliar os canais de atendimento à população, seja pelo aumento do número de linhas telefônicas, aperfeiçoamento dos sistemas virtuais de atendimento, melhoria da estrutura de TI, implementação da atividade cumulativa, contratação de estagiários de pós-graduação e estruturação de novos núcleos.

A sociedade continuamente passa a exigir mais e melhores serviços, respeito à cidadania, transparência, moralidade e efetividade no uso dos recursos públicos e a Defensoria Pública tem buscado ser ágil na resposta aos anseios da população carente do nosso Estado e no cumprimento de sua importante missão institucional. Planejando a ampliação dos serviços da Defensoria Pública, foi lançado edital de concurso público em 2022 prevendo a contratação de 60 novos Defensores Públicos.

Integração com a sociedade, buscando desenvolver ações conjuntas com os diversos



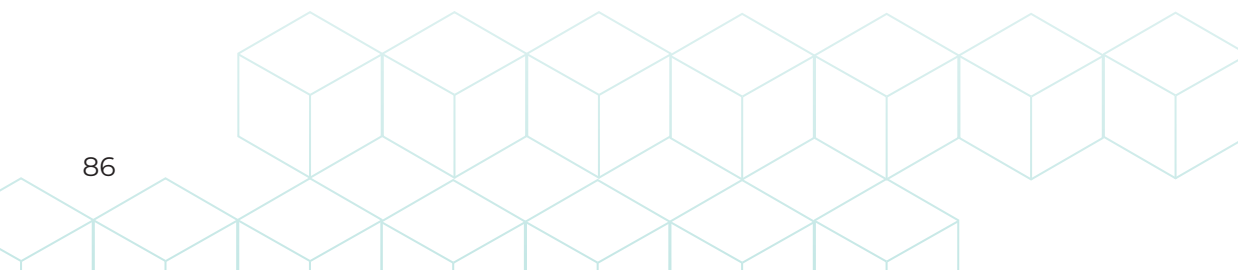


segmentos da comunidade, objetivando garantir, defender e ficar alerta quanto aos direitos de cidadania e dignidade do ser humano tem sido uma das principais metas da DPGE nos últimos anos. Sem descuidar, é claro, da adoção de uma postura receptiva e participativa entre membros da Defensoria Pública e segmentos da sociedade, visando o fortalecimento de sua imagem institucional.

Cumprir com celeridade, transparência e eficácia as atribuições que lhe são conferidas por lei, buscando a consolidação da cidadania e defesa do interesse dos mais necessitados, tem sido o vértice da atual administração da Defensoria.

Com respaldo nos atuais investimentos busca-se atuar, com efetiva prioridade, nas áreas que representam demandas advindas de nossa realidade local, tais como: a proteção aos direitos do consumidor, a saúde, a educação, a infância e juventude, idoso, mulher em situação de violência, às pessoas recolhidas ao cárcere, bem como desenvolver ações nas áreas criminal, cível e de família.

Apartir da adoção de diretrizes estratégicas, desdobradas em objetivos, a Defensoria Pública Geral do Estado tem buscado de forma efetiva o cumprimento de sua missão constitucional, sendo certo que a consecução de tais fins já se fazem sentir nas estatísticas decorrentes do trabalho por esta desenvolvido em prol da população mais carente do Ceará.



10. Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022-2023. Fortaleza. 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclclefindmkaj/https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2022/08/PLANO-GERAL-DE-ATUACAO-2022-2023.pdf>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Março/2010. Download em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf no dia 02/05/2016 às 10:13;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ